



TJMG
Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais



EJEJF
ESCOLA JUDICIAL
DESEMBARGADOR EDÉSIO FERNANDES

Concurso Público

EDITAL n. 1/2007

OFICIAL JUDICIÁRIO OFICIAL DE JUSTIÇA

Código: 104

➤ Língua Portuguesa

INSTRUÇÃO: As questões de **01** a **18** devem ser respondidas com base no texto abaixo.

SOBRE A VERDADE

O que é a verdade? O dicionário (Aurélio) nos diz que verdade é “conformidade com o real”. Complicado isso, já que determinar o que é ou não “real” não é trivial. O que é real para uns, por exemplo, anjos, fadas e duendes, pode não ser para outros. Segundo essa definição, para determinar o que é verdadeiro, temos

5 que conhecer bem a realidade.

E como fazer isso? Como distinguir, além da subjetividade humana, o que é real ou não? Esse é o problema, separar fato de opinião, o que é real “de verdade” do que é apenas fruto de uma visão pessoal ou de crenças de um grupo de pessoas.

10 Se tudo o que fazemos está ligado de um modo ou outro a quem somos, como, então, definir o que é verdade?

Uma possibilidade é estabelecer categorias de verdade. No topo, ficam as verdades absolutas, que transcendem o elemento humano.

15 Elas independem de opinião, de afiliação partidária, de religião, de contexto histórico ou de geografia. São as verdades matemáticas, as que podem ser afirmadas categoricamente como, por exemplo: $2 + 2 = 4$. Essa afirmação, uma vez compreendidos os símbolos, é tida como verdadeira.

20 Ela é verdadeira para nós, para os monges de um monastério no Tibet, para sacerdotes egípcios que viveram há quatro mil anos, ou para supostas inteligências alienígenas que existam pelo cosmo afora. Como esta, existem muitas outras, baseadas em asserções matemáticas que dependem da percepção de objetos no mundo.

25 Se vemos uma pedra podemos associar uma unidade a ela (“uma” pedra). Se vemos uma podemos ver mais de uma e, com isso, construir uma aritmética. São muito úteis essas verdades matemáticas, mas menos interessantes. Não que a matemática pura seja pouco interessante, pelo contrário.

Existem complicações mesmo nela, inclusive ao nível mais elementar. [...] Mas, por serem verdades absolutas e, portanto, longe da confusa realidade humana, não dão muito espaço para a polêmica.

30 A coisa fica complicada quando se discute, por exemplo, a realidade física. O Universo, ou melhor, nossa concepção dele, mudou muito nos últimos 500 anos. Para uma pessoa da Renascença, antes de Nicolau Copérnico (1473-1543), o cosmo era finito, com a Terra imóvel no centro. O céu, a morada de Deus, ficava além da esfera das estrelas fixas. Era ela que marcava o fim do espaço.

35 Após Copérnico e, principalmente, após Johannes Kepler (1571-1630) e Galileu Galilei (1564-1642) nas primeiras décadas do século 17, o Sol passou a ser o centro do cosmo e a Terra um mero planeta. O que era “verdade” para alguém de 1520 não era para alguém de 1650.

40 E o universo em que vivemos hoje, gigantesco, com centenas de bilhões de galáxias se afastando uma das outras, é completamente diferente do de uma pessoa de 1650. Qual dessas várias cosmologias é verdadeira?

Todas e nenhuma delas. Se definimos como verdade o que construímos com o conhecimento científico que detemos num determinado momento, todas essas versões são verdadeiras. Mas nenhuma delas é a verdade.

45 Dado que jamais poderemos medir com absoluta precisão todas as facetas do cosmo e da Natureza, é essencialmente impossível obter uma versão absoluta do que seja a realidade física. Conseqüentemente, a ciência jamais poderá encontrar a verdade.

50 O que podemos fazer — e o fazemos maravilhosamente bem — é usar nossa razão e nossos instrumentos para nos aproximar cada vez mais dessa verdade intangível. É essa limitação que enobrece a ciência, dando-lhe sua dimensão humana.

GLEISER, Marcelo. *Folha de S.Paulo*. 15 abr. 2007. (Texto adaptado)

Questão 01

A leitura do texto permite afirmar que, nele, são considerados, **principalmente**, os conhecimentos obtidos por meio

- A) da intuição.
- B) da razão.
- C) das emoções.
- D) das práticas.

Questão 02

“[...] determinar o que é [...] ‘real’ não é **trivial**.” (linhas 2-3)

É **CORRETO** afirmar que, nessa frase, a palavra destacada significa

- A) ambíguo.
- B) estranho.
- C) incomum.
- D) simples.

Questão 03

“São as verdades matemáticas, as que podem ser afirmadas **categoricamente** [...]” (linhas 15-16)

É **CORRETO** afirmar que, nessa frase, a palavra destacada significa

- A) evasivamente.
- B) infusivamente.
- C) irrefutavelmente.
- D) ordenadamente.

Questão 04

“Como esta [afirmação], existem outras, baseadas em **asserções** matemáticas...” (linhas 20-21)

É **CORRETO** afirmar que, no texto, a palavra destacada tem o sentido de

- A) argumentações.
- B) correlações.
- C) enumerações.
- D) proposições.

Questão 05

“Uma possibilidade é **estabelecer categorias de verdade**.” (linha 12)

É **CORRETO** afirmar que “estabelecer categorias de verdade” é uma atividade mental cujo resultado é uma

- A) classificação.
- B) harmonização.
- C) modificação.
- D) simbolização.

Questão 06

“O que é real para uns [...] pode não ser para outros.” (linhas 3-4)

É **CORRETO** afirmar que, nessa frase, a noção de realidade acha-se

- A) definida.
- B) otimizada.
- C) relativizada.
- D) resumida.

Questão 07

“Esse é o problema, separar fato de opinião, [...]” (linha 7)

Considerando-se as idéias explicitadas no texto, é **CORRETO** afirmar que, nessa frase, está expresso o difícil relacionamento entre

- A) individualidade e coletividade.
- B) perenidade e transitoriedade.
- C) subjetividade e objetividade.
- D) unidade e pluralidade.

Questão 08

“Elas independem de opinião, de afiliação partidária, de religião, de contexto histórico ou de geografia.” (linhas 14-15)

É **CORRETO** afirmar que, no texto, a frase transcrita refere-se às verdades

- A) absolutas.
- B) físicas.
- C) particulares.
- D) provisórias.

Questão 09

“[...] existem muitas outras [afirmações] baseadas em asserções matemáticas que dependem da percepção de objetos no mundo.” (linhas 20-22)

Considerando as idéias expressas nessa frase, assinale a alternativa que apresenta um elemento fundamental para se chegar a verdades matemáticas.

- A) A consciência de si
- B) A estrutura do ser
- C) A imaginação criadora
- D) A realidade física

Questão 10

Assinale a alternativa que apresenta uma frase cujo sentido **NÃO** pode ser comprovado pelo que está expresso no texto.

- A) A verdade independe das cosmologias que existiram.
- B) As conquistas científicas ultrapassam a mera dimensão humana.
- C) As várias cosmologias são verdadeiras em seu tempo.
- D) O conhecimento total ainda está vedado à ciência.

Questão 11

“O que é real para **uns** [...] pode não ser para **outros**.” (linhas 3-4)

Assinale a alternativa em que o sentido das palavras destacadas nessa frase está **CORRETAMENTE** identificado.

- A) Definição
- B) Indeterminação
- C) Qualificação
- D) Quantificação

Questão 12

“Essa afirmação, **uma vez** compreendidos os símbolos, é tida como verdadeira.” (linhas 16-17)

Assinale a alternativa em que a palavra apresentada **NÃO** substitui adequadamente a expressão assinalada nessa frase.

- A) Como
- B) Mas
- C) Quando
- D) Se

Questão 13

Assinale a alternativa em que o pronome assinalado **NÃO** preenche, na frase em que se encontra, a mesma função sintática exercida pelos que estão destacados nas demais frases.

- A) “E o universo em **que** vivemos hoje [...] é [...] diferente do de uma pessoa de 1650.”
- B) “Ela é verdadeira [...] para sacerdotes egípcios **que** viveram há quatro mil anos.”
- C) “No topo, ficam as verdades absolutas, **que** transcendem o elemento humano.”
- D) “São as verdades matemáticas, as **que** podem ser afirmadas categoricamente.”

Questão 14

- “Como esta [afirmação], **existem** muitas outras [...]” (linha 20)
- “Ela é verdadeira [...] para supostas inteligências alienígenas que **existam** pelo cosmo afora.” (linhas 18-20)

É **CORRETO** afirmar que as formas verbais destacadas nessa frase **NÃO** pertencem

- A) à mesma pessoa.
- B) ao mesmo modo.
- C) ao mesmo número.

D) ao mesmo tempo.

Questão 15

- “Existem **complicações** mesmo nela [...]” (linha 27)
- “No topo, ficam **as verdades absolutas** [...]” (linhas 12-13)
- “São muito úteis **essas verdades matemáticas** [...]” (linha 25)

É **CORRETO** afirmar que a palavra e as expressões destacadas exercem, nessas frases, a função sintática de

- A) agentes da passiva.
- B) objetos diretos.
- C) predicativos.
- D) sujeitos.

Questão 16

“Mas, **por serem verdades absolutas** [...] não dão muito espaço para a polêmica.” (linhas 28-29)

É **CORRETO** afirmar que a oração destacada nesse período tem o sentido de uma

- A) causal.
- B) comparativa.
- C) condicional.
- D) consecutiva.

Questão 17

“O céu, **a morada de Deus**, ficava além da esfera das estrelas fixas.” (linhas 33-34)

Assinale a alternativa em que a expressão destacada nessa frase está **CORRETA-MENTE** analisada.

- A) Adjunto adnominal
- B) Adjunto adverbial
- C) Aposto
- D) Complemento nominal

Questão 18

“[...] é essencialmente impossível obter uma versão absoluta do que seja a realidade física.” (linhas 46-47)

É **CORRETO** afirmar que, nessa frase, o número de palavras polissílabas é de

- A) apenas uma palavra.
- B) duas palavras.
- C) três palavras.
- D) quatro palavras.

INSTRUÇÃO: As questões de 19 a 30 devem ser respondidas com base no texto abaixo.

NORMAS DE CONVIVÊNCIA EM CONDOMÍNIO

- Seu vizinho está há meses sem pagar o condomínio e, para custear as despesas do prédio, o valor da taxa será aumentado. A moradora do apartamento de baixo incomoda a todos com o volume do som. O cachorro da porta ao lado late a noite inteira e ninguém consegue dormir. Quem nunca viveu — ou ainda vive — situações semelhantes no edifício onde mora? O ideal seria que elas não acontecessem, ou que as soluções viessem de forma amigável. Mas nem sempre, ou quase nunca, isso é possível.
- 5
- Para evitar normas diferenciadas e trazer soluções uniformes, são várias as leis em vigor hoje no Brasil, além do Código Civil que, reformulado em 2002, trouxe novas regras para a convivência entre aqueles que são obrigados a dividir o mesmo espaço. A maior e mais criticada inovação diz respeito à cobrança de multa dos inadimplentes. Se antes o encargo chegava a até 20%, hoje não pode passar de 2%, além de juros mensais de 1%. [...]
- 10
- Certo é que não há, pelo menos de imediato, como forçar o vizinho a pagar a taxa. A lei não permite sanções como, por exemplo, impedi-lo de utilizar o elevador ou desligar a luz de seu andar. E é bom tomar cuidado com a divulgação dos nomes dos inadimplentes dentro do condomínio. [...]
- 15
- O problema da inadimplência então não tem solução? Tem. Mas demora um pouco: a via judicial. A alternativa é ajuizar uma ação de cobrança, que tem levado em média de dois a três anos para seu julgamento. Por isso, o ideal seria, antes, negociar diretamente com o devedor. Sem acordo, recorre-se ao Judiciário, que poderá determinar a penhora de seus bens até o montante da dívida, corrigida monetariamente.
- 20
- CONVENÇÃO** Para evitar problemas futuros, todas as regras de convivência no condomínio devem estar presentes na convenção (aprovada com pelos menos dois terços dos moradores). Demais assuntos que surgirem serão pauta das assembleias ordinárias ou extraordinárias (aprovados por maioria simples). Vale lembrar que o Código Civil retirou o poder de voto dos inadimplentes.
- 25
- É também na convenção que poderá ser estabelecido o que é o “vizinho anti-social”, quando os moradores poderão definir quais atitudes praticadas pelos moradores poderão ser alvo de multas. [...]
- 30
- O Código Civil também trouxe duas regras referentes à área usada pelo morador. Em primeiro lugar, a taxa de condomínio deverá ser proporcional à fração ideal de cada unidade — o que significa que os proprietários de coberturas ou apartamentos que tenham mais vagas de garagem poderão pagar valor superior. Há ainda a possibilidade de venda das vagas de garagem, que passaram a ser
- 35

tratadas como unidades autônomas.

SOUTO, Isabela. *Estado de Minas*. 23 abril 2007.

Questão 19

Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação que **NÃO** pode ser comprovada pelo texto.

- A) As convenções de condomínio devem oferecer aos moradores os parâmetros para uma convivência tranqüila.
- B) No Código Civil, estão princípios que asseguram a equidade das normas de convivência nos diversos condomínios.
- C) No Código Civil, são omitidas as regras referentes a problemas específicos do funcionamento de condomínios.
- D) O poder judiciário possibilita solucionar problemas de convivência entre os moradores de condomínios.

Questão 20

“Quem nunca viveu — ou ainda vive — situações semelhantes no edifício onde mora?” (linhas 4-5)

É **CORRETO** afirmar que, no texto, as situações a que se refere a frase transcrita são

- A) ambíguas.
- B) constrangedoras.
- C) inconcebíveis.
- D) irreais.

Questão 21

“E é bom tomar cuidado com a divulgação dos nomes dos inadimplentes dentro do condomínio.” (linhas 16-17)

Nessa frase, explicita-se que, antes de agir contra quem, de certo modo, prejudica a vida dos condôminos, é preciso ter

- A) audácia.
- B) cautela.
- C) energia.
- D) malícia.

Questão 22

“Mas demora um pouco: a via judicial.” (linhas 18-19)

Considerando o que está expresso no texto, é **CORRETO** afirmar que a via judicial, para a resolução de problemas de condomínio, é

- A) desconfiável.
- B) desconfortável.
- C) ilegítima.
- D) inadequada.

Questão 23

Assinale a alternativa em que a forma verbal destacada está conjugada na voz passiva.

- A) “A alternativa é ajuizar uma ação de cobrança, que **tem levado** em média de dois a três anos para julgamento.”
- B) “Há a possibilidade de venda das vagas de garagem, que passaram a **ser tratadas** como unidades autônomas.”
- C) “Sem acordo, recorre-se ao Judiciário, que **poderá determinar** a penhora de seus bens.”
- D) “[...] todas as regras de convivência no condomínio **devem estar** presentes na convenção [...]”

Questão 24

“O artigo definido feminino quando vem precedido da preposição **a** funde-se com ela [...]”

(CUNHA, Celso; CINTRA Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo.*)

Assinale a alternativa em que **NÃO** se encontra a ocorrência da regra acima mencionada.

- A) A maior [...] inovação diz respeito à cobrança de multa dos inadimplentes.”
- B) “[...] a taxa de condomínio deverá ser proporcional à fração ideal de cada unidade.”
- C) “Certo é que não há [...] como forçar o vizinho a pagar a taxa.”
- D) “O Código Civil [...] trouxe duas regras referentes à área usada pelo morador.”

Questão 25

“Seu vizinho está há meses **sem pagar o condomínio** [...]” (linha 1)

É **CORRETO** afirmar que a oração destacada nesse período tem um sentido

- A) concessivo.
- B) explicativo.
- C) modal.
- D) temporal.

Questão 26

“A lei não permite sanções como, por exemplo, impedi-lo de utilizar o elevador [...]” (linhas 15-16)

É **CORRETO** afirmar que as vírgulas presentes nessa frase foram utilizadas para isolar

- A) um adjunto adverbial.
- B) um elemento de valor explicativo.
- C) um elemento repetido.
- D) um vocativo.

Questão 27

“Mas **demora** um pouco: a via judicial.” (linhas 18-19)

É **CORRETO** afirmar que, **no texto**, a concordância da forma verbal destacada nessa frase faz-se com

- A) inadimplência.
- B) problema.
- C) solução.
- D) via judicial.

Questão 28

“Sem acordo, **recorre-se** ao Judiciário [...]” (linha 21)

É **CORRETO** afirmar que a partícula pronominal destacada indica que o sujeito dessa frase é

- A) indeterminado.
- B) inexistente.
- C) oculto.
- D) posposto.

Questão 29

“Demais assuntos que **surgirem** serão pauta das assembleias ordinárias ou extraordinárias [...]” (linhas 27-28)

É **CORRETO** afirmar que a palavra destacada nessa frase é uma forma verbal do

- A) imperativo.
- B) indicativo.
- C) infinitivo.
- D) subjuntivo.

Questão 30

“O Código Civil também trouxe duas regras referentes à área usada pelo morador.” (linha 33)

Segundo gramáticas da língua portuguesa, o substantivo pode ser funcionalmente definido como o **núcleo** do sujeito, do objeto direto, do objeto indireto, do complemento nominal e do agente da passiva.

Considerando essa definição, assinale a alternativa que indica o número de palavras que, na frase transcrita do texto, podem ser analisadas como substantivo.

- A) Apenas uma palavra
- B) Duas palavras
- C) Três palavras
- D) Mais de três palavras

➤ Noções de Direito e Ética Profissional

Questão 31

Constituem fundamentos da República Federativa do Brasil

- A) o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, mediante a construção de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, nas ordens interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.
- B) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.
- C) construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- D) independência nacional; prevalência dos direitos humanos; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Questão 32

A casa é asilo inviolável do indivíduo, podendo-se penetrar sem consentimento do morador, nas seguintes hipóteses, **EXCETO**

- A) durante o dia em caso de flagrante delito ou por determinação judicial.
- B) a qualquer hora em caso de desastre ou para prestar socorro.
- C) a qualquer hora por determinação judicial.

D) a qualquer hora em caso de flagrante delito ou durante o dia por determinação judicial.

Questão 33

A respeito das ações constitucionais, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Conceder-se-á mandado de segurança sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- B) Conceder-se-á mandado de injunção para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas-corpus* ou *habeas-data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- C) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- D) Conceder-se-á mandado de segurança para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; ou para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Questão 34

Sobre as sanções previstas para os autores de atos de improbidade, previstas no § 4º do art. 37 da Constituição da República, é **INCORRETO** afirmar que

- A) os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei.
- B) importarão em responsabilidade civil, administrativa e penal.
- C) as sanções previstas no § 4º do art. 37 da Constituição da República somente se aplicam a servidores de carreira, não se aplicando àqueles que exercem funções de confiança e cargos em comissão.
- D) incorrerão nas sanções previstas mesmo que o autor do ato de improbidade administrativa não tenha obtido vantagem pecuniária.

Questão 35

Sobre os direitos políticos, é **INCORRETO** afirmar que

- A) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, é causa de suspensão dos direitos políticos.
- B) é defeso ao menor de 35 anos de idade candidatar-se a Presidência da República.
- C) são inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- D) o analfabeto é desprovido de capacidade eleitoral ativa.

Questão 36

O Tribunal de Contas da União

- A) integra o Poder Judiciário.
- B) integra o Poder Executivo.
- C) integra o Poder Legislativo.
- D) é um órgão independente que não integra nenhum dos poderes da República.

Questão 37

Sobre as garantias do magistrado explicitadas na Constituição do Estado de Minas Gerais, é **INCORRETO** afirmar que

- A) os juízes nomeados para os tribunais de segundo grau adquirem, a partir da posse, a vitaliciedade e, pelos magistrados de carreira, após dois anos de exercício no cargo.
- B) a inamovibilidade dos juízes é quase absoluta; a remoção compulsória somente se dará por razão de interesse público.
- C) os vencimentos são irredutíveis, na forma da Constituição da República.
- D) o magistrado vitalício perderá o cargo em decorrência de decisão administrativa, tomada pela maioria absoluta dos membros do Tribunal.

Questão 38

São funções institucionais do Ministério Público, **EXCETO**

- A) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.
- B) expedir notificação nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informação e documento para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.
- C) coordenar a elaboração dos planos, programas e projetos permanentes de desenvolvimento do Estado, orientando, fiscalizando e controlando-lhes a execução, na forma da lei complementar respectiva.
- D) exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar respectiva.

Questão 39

Analise as seguintes afirmativas.

- I. No caso de impedimento do Governador e do Vice-Governador do Estado ou no de vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício do Governo o Presidente da Assembléia Legislativa e o do Tribunal de Contas.

- II. O Vice-Governador substituirá o Governador do Estado, no caso de impedimento, e o sucederá, no de vaga.
- III. Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador do Estado, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga, a não ser que a vacância ocorra nos últimos dois anos do mandato governamental, hipótese em que a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Assembléia Legislativa, na forma de lei complementar.
- IV. Compete privativamente ao Governador do Estado firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- C) apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- D) todas as afirmativas estão corretas.

Questão 40

De acordo com a Lei Complementar n. 59 de 18/01/2001, **NÃO** representa requisito para a criação de comarca

- A) edifício público de domínio do Estado com capacidade e condições para a instalação de fórum, delegacia de polícia, cadeia pública e quartel do destacamento policial.
- B) população mínima de dezoito mil habitantes na comarca.
- C) número de eleitores superior a treze mil na comarca.
- D) movimento forense anual, nos municípios que compõem a comarca, de, no mínimo, quatrocentos feitos judiciais, conforme estabelecer resolução da Corte Superior do Tribunal de Justiça.

Questão 41

Nos termos da Lei Complementar n. 59 de 18/01/2001 sobre a jurisdição de primeiro grau, é **CORRETO** afirmar

- A) que a investidura inicial na magistratura far-se-á pela posse no cargo de Juiz de Direito Substituto, depois da nomeação pelo Conselho Superior do Tribunal de Justiça.
- B) que a jurisdição de primeiro grau é exercida por Juiz de Direito, Tribunal do Júri e Juizado Especial Cível ou Criminal.
- C) que o Juiz de Direito da comarca fiscalizará a direção do foro da Comarca onde atua.

D) que, durante as férias coletivas, o Juiz de Direito será substituído por outro de mesma competência, nos termos da Lei de Organização Judiciária.

Questão 42

São órgãos auxiliares da administração da justiça no Tribunal de Justiça, **EXCETO**

- A) os Auxiliares de Encargo.
- B) a Secretaria do Tribunal de Justiça.
- C) a Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça.
- D) a Secretaria do Tribunal de Justiça Militar.

Questão 43

Sobre as licenças do Servidor do Poder Judiciário previstas na Lei Complementar n. 59 de 18/01/2001, é **CORRETO** afirmar que

- A) a licença para tratar de interesses particulares, requerida por servidor, somente poderá ser concedida após a aquisição de estabilidade pelo servidor e terá a duração máxima de dois anos, vedada a prorrogação e a renovação dentro dos três anos seguintes ao seu término.
- B) o requerente aguardará a concessão da licença para tratar de interesses particulares no exercício do cargo.
- C) a licença para tratar de interesses particulares poderá ser revogada no interesse da justiça, vedando-se ao servidor licenciado retornar ao serviço antes de findo o prazo da licença.
- D) cabe ao 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça conceder licença aos servidores da Justiça de Primeira Instância, ouvindo previamente, sempre que possível e necessário, o Diretor do Foro.

Questão 44

Nos termos da Lei Complementar n. 59 de 18/01/2001, são deveres dos servidores dos órgãos auxiliares dos Tribunais, **EXCETO**

- A) exercer com acuidade, dedicação e probidade as atribuições do cargo, mantendo conduta compatível com a moralidade administrativa.
- B) ser leal ao órgão a que servir.
- C) atender com presteza e urbanidade os magistrados, representantes do Ministério Público, advogados e o público em geral, prestando as informações requeridas e dando recibo de documentos ou outros papéis que lhes forem entregues em razão do ofício, ressalvadas as protegidas por sigilo.
- D) realizar atividades ou trabalhos comunitários.

Questão 45

Analisar as seguintes afirmativas a respeito das penas previstas na Lei Complementar n. 59 de 18/01/2001.

- I. Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do superior imediato é causa de advertência.
- II. Participar de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil; exercer comércio, exceto como acionista, cotista ou comanditário, ou vincular-se a escritório de advocacia é punido com pena de suspensão até o prazo de 90 dias, cessando os efeitos da penalidade uma vez regularizada a situação ou cessada a atividade
- III. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento diário, multiplicado pelo número de dias da punição, obrigado o punido a permanecer em serviço.
- IV. Incontinência pública e conduta escandalosa no serviço são punidas com advertência escrita.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- B) apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- C) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- D) todas as afirmativas estão corretas.

Questão 46

A respeito da competência para aplicar as penas disciplinares previstas na Lei Complementar n. 59 de 18/01/2001, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O Presidente do Tribunal de Justiça aplicará a pena de demissão e suspensão aos servidores das Secretarias do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral de Justiça.
- B) O Presidente do Tribunal de Justiça aplicará a pena de advertência ou suspensão quando impostas a servidor da Secretaria do Tribunal de Justiça.
- C) O Corregedor-Geral de Justiça aplicará pena de suspensão impostas a servidor da Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça e dos Órgãos Auxiliares do Tribunal de Justiça.
- D) O Diretor do Foro aplicará pena de advertência ou suspensão impostas a servidor dos Órgãos Auxiliares da Justiça de Primeira Instância lotado em sua comarca.

Questão 47

Analisar as afirmativas abaixo.

- I. Funcionário público é a pessoa legalmente investida em cargo público.

- II. Cargo público, para os efeitos do estatuto do servidor público do Estado de Minas Gerais, é o criado por lei em número certo, com a denominação própria e pago pelos cofres do Estado.
- III. Os cargos de carreira são aqueles que se integram em classes e correspondem a uma profissão; isolados, os que não se podem integrar em classes e correspondem a certa e determinada função.
- IV. Classe é um agrupamento de cargos da mesma profissão e de igual padrão de vencimento.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- B) apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- C) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- D) todas as afirmativas estão corretas.

Questão 48

Sobre as licenças previstas na Lei Estadual n. 869 de 05/07/1952, é **INCORRETO** afirmar que

- A) o funcionário não poderá permanecer em licença por prazo superior a 24 meses.
- B) o servidor licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer atividade remunerada.
- C) o funcionário, durante a licença para tratamento de saúde, obriga-se a seguir rigorosamente o tratamento médico adequado à doença, sob pena de lhe ser suspenso o pagamento de vencimento ou remuneração.
- D) a funcionária casada com funcionário estadual, federal ou militar, terá direito a licença, sem vencimento ou remuneração, quando o marido for mandado servir, independentemente de solicitação, em outro ponto do Estado ou do território nacional ou no estrangeiro.

Questão 49

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O Tribunal de Justiça é constituído pelos desembargadores, pelos Presidentes das Turmas Recursais e pelos Coordenadores dos Juizados Especiais.
- B) Os mandatos do Presidente, dos Vice-Presidentes, do Corregedor-Geral de Justiça e do Vice-Corregedor-Geral de Justiça serão de dois anos.
- C) O desembargador, em sessão solene, após proferir discurso, tomará posse e prestará o compromisso perante o Presidente do Tribunal.
- D) O Conselho da Magistratura é composto pelo Presidente, que o presidirá, pelos Vice-Presidentes, pelo Corregedor-Geral de Justiça, pelo Vice-Corregedor-Geral de

Justiça, que são membros natos, e por cinco desembargadores mais antigos, dentre os integrantes da Corte Superior.

Questão 50

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, integram a competência jurisdicional do Presidente do Tribunal, **EXCETO**

- A) votar nos julgamentos de incidente de inconstitucionalidade e nas ações diretas de inconstitucionalidade.
- B) requisitar pagamento em virtude de sentença proferida contra as Fazendas do Estado ou de Município, bem como contra as Autarquias, nos termos da Constituição do Estado de Minas Gerais e do Código de Processo Civil.
- C) processar e julgar pedido de suspensão de execução de liminar e de sentença, de medida cautelar e de tutela antecipada, nos termos da legislação pertinente.
- D) mandar coligir documentos e provas para a verificação do crime comum ou de responsabilidade, enquanto o respectivo feito não tiver sido distribuído.

Questão 51

Para a distribuição de feitos no Tribunal de Justiça, devem ser observados os seguintes critérios, **EXCETO**

- A) no caso de compensação, será ela feita em primeiro lugar, em seguida, serão sorteados os processos a todos os desembargadores, observada a ordem de antiguidade, redistribuindo-se aqueles relativos ao plantão de final de semana e feriados. Os processos distribuídos aos desembargadores integrantes da Corte Superior serão compensados, na distribuição das apelações, a ser feita nas Câmaras Isoladas, à razão de duas apelações para cada processo da Corte Superior.
- B) a distribuição de mandado de segurança, *habeas corpus*, agravo, pedido de suspensão de liminar, cautelar com pedido de liminar e outros feitos urgentes será feita imediatamente ao Presidente do Tribunal, após ultimados os registros necessários.
- C) o desembargador a ser alcançado pela aposentadoria compulsória em razão do limite constitucional de idade será, nos noventa dias anteriores à data da aposentadoria, excluído do sorteio.
- D) o desembargador eleito para cargo de direção do Tribunal de Justiça será excluído do sorteio, a partir do dia seguinte ao da eleição.

Questão 52

Analisar as seguintes afirmativas referentes aos acórdãos proferidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

- I. A ementa, que terá início com palavra ou expressão designativa do tema principal, objeto do julgamento, bem como a súmula do que ficou decidido, deve constar do acórdão.

- II. O acórdão será lavrado pelo relator, salvo se vencido *in totum*, caso em que deverá o autor do voto vencedor fazê-lo.
- III. O acórdão deverá conter a assinatura do presidente do órgão decisório.
- IV. Nos casos de ausência ou impedimento do relator ou dos desembargadores vencedores, o acórdão será apresentado para conferência e assinatura até a terceira sessão seguinte à do julgamento.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B) apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- C) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- D) todas as afirmativas estão corretas.

Questão 53

Em relação ao recurso de apelação interposto contra sentença cível de primeiro grau, nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar

- A) que, conclusos os autos ao relator, este, no prazo de até trinta dias, determinará as diligências indispensáveis à regularização do processamento do recurso, nomeará defensor ao vínculo, quando couber, determinando se lhe abra vista, antes da Procuradoria-Geral de Justiça e mandará abrir vista à Procuradoria-Geral de Justiça, se for o caso.
- B) que se tratando de apelação em processo de procedimento sumário, o relator terá o prazo de vinte dias para o relatório e, restituindo os autos ao cartório, pedirá a designação de dia para julgamento.
- C) que, lançado relatório nos autos, feita a revisão e pedido dia para julgamento, remeter-se-ão cópias do acórdão embargado, da petição de embargos, do parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, se houver, e do relatório aos desembargadores vogais, seguindo-se o julgamento
- D) que a apelação será interposta por petição fundamentada e entregue no protocolo do Tribunal, juntamente com o comprovante de recolhimento do preparo correspondente, se for o caso.

Questão 54

Em relação ao recurso de embargos de declaração, nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, é **INCORRETO** afirmar que

- A) são cabíveis embargos de declaração quando houver no acórdão obscuridade ou contradição ou for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o Tribunal.
- B) os embargos serão opostos, no prazo de cinco dias da data da publicação do acórdão, em petição dirigida ao relator, na qual será indicado o ponto obscuro, contraditório ou omissivo.

- C) se não for caso de embargos, o relator os indeferirá de plano.
- D) quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o Tribunal, declarando que o são, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a um por cento do valor da causa.

Questão 55

Em relação ao recurso de apelação interposta contra sentença criminal de primeiro grau, nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, é **INCORRETO** afirmar

- A) que, protocolados, fiscalizados, conferidos e cadastrados, os autos serão remetidos à Procuradoria-Geral de Justiça para emitir parecer, no prazo de dez dias, se em liberdade o réu e, em cinco dias, se preso.
- B) que, se houver assistente do Ministério Público, terá ele vista dos autos logo depois da Procuradoria-Geral de Justiça, fazendo-se sua intimação pelo Diário do Judiciário.
- C) que, no último dia útil de cada mês, a Superintendência Judiciária organizará lista dos autos remetidos à Procuradoria-Geral de Justiça, não devolvidos nos prazos estabelecidos, encaminhando-a ao Presidente do Tribunal.
- D) que, retornando os autos da Procuradoria-Geral de Justiça, serão eles distribuídos e conclusos ao relator que terá o prazo de sessenta dias para lançar relatório nos autos, se em liberdade o réu e, de vinte dias, se preso.

Questão 56

Assinale a alternativa que **NÃO** expressa valores preconizados pelo Tribunal de Justiça.

- A) O Tribunal de Justiça é uma instituição de portas abertas ao povo, sem distinções de raça, gênero, credo, *status* social ou econômico.
- B) A imparcialidade, a isenção e o senso de justiça constituem o fio condutor da ação do Tribunal de Justiça em suas diferentes áreas de atuação.
- C) Garantia de prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza, de forma a atender os anseios da sociedade e a constituição em instrumento efetivo de justiça, equidade e de promoção da paz social.
- D) A descentralização de atividades constitui forma de facilitar e democratizar o acesso da população aos órgãos judiciais e à conseqüente prestação jurisdicional.

Questão 57

Sobre a Resolução n. 460/2005, editada pela Corte Superior do Tribunal de Justiça, é **INCORRETO** afirmar que

- A) aos Juizados de Conciliação compete promover a conciliação entre as partes, maiores de dezoito anos e capazes, que o procurarem, buscando a melhor solução

possível para a composição, mediante acordo, de seus interesses em conflito, gratuitamente.

- B) aos Juizados de Conciliação compete decidir o conflito de interesses, quando não promovida a conciliação entre as partes que o procurarem.
- C) o Coordenador-Geral dos Juizados de Conciliação do Estado será um desembargador designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.
- D) o Juizado de Conciliação será instalado, por ato do Coordenador-Geral, expedido por solicitação de Magistrado, Promotor de Justiça ou outra autoridade local ou de instituição civil ou religiosa.

Questão 58

Analise as seguintes afirmativas sobre a Resolução n. 522/2007, editada pela Corte Superior do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a Superintendência Administrativa, para edição da referida Resolução.

- I. Foi considerada a necessidade de se redefinir a organização da Superintendência Administrativa, visando à consecução plena de seus objetivos.
- II. Foi considerado o aperfeiçoamento dos métodos e práticas necessários ao suporte administrativo às atividades finalísticas do Tribunal.
- III. A redefinição da organização da Superintendência Administrativa objetiva reduzir os custos, assegurar a qualidade e imprimir maior agilidade ao suporte à prestação jurisdicional
- IV. Foi considerada a necessidade de aperfeiçoamento das condições para o gerenciamento da prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- B) apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- C) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- D) todas as afirmativas estão corretas.

Questão 59

Sobre a execução indireta, disciplinada na Lei n. 8.666 de 21/06/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, assinale a informação **INCORRETA**.

- A) **Empreitada complexa** - quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada.

- B) **Empreitada por preço unitário** - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.
- C) **Tarefa** - quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.
- D) **Empreitada por preço global** - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total.

Questão 60

Sobre as modalidades de licitação previstas na Lei n. 8.666 de 21/06/1993, assinale a informação **CORRETA**.

- A) **Tomada de preços** é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem apresentar os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- B) **Concorrência** é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- C) **Leilão** é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- D) **Concurso** é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.